



Ibsen disse que se afasta "para não criar qualquer espécie de dificuldade à revisão"

# Denúncias levam Ibsen e Genebaldo à renúncia

Os deputados Ibsen Pinheiro (PMDB-RS) e Genebaldo Correia (PMDB-BA) afastaram-se ontem de suas funções como relator do regimento da revisão e líder da bancada do PMDB na Câmara. A decisão de Ibsen foi comunicada ao presidente do PMDB, deputado Luiz Henrique (SC), pouco antes de conceder entrevista para explicar a operação bancária entre ele e Genebaldo, em que foram detectados depósitos de US\$ 51 mil. O deputado José Luiz Clerot (PB) foi indicado pelo partido para substituir Ibsen na relatoria do regimento da revisão. O afastamento de Genebaldo Correia da liderança ocorreu durante uma reunião da executiva, em que ele reafirmou sua inocência.

"Afasto-me da relatoria do regimento da revisão, não em decorrência de qualquer impedimento ético e moral, mas porque não desconheço as circunstâncias e para não criar qualquer espécie de dificuldade à revisão", afirmou Ibsen Pinheiro. O ex-presidente da Câmara disse que está sendo vítima de uma manipulação provocada por uma "conjugação de fatores" relacionados com "a oposição política a revisão, ao revanchismo decorrente do impeachment e das seqüelas provocadas pelas lutas internas do PMDB".

Genebaldo Correia, em discurso emocionado perante a executiva, disse que não tinha culpa de nada e que se afastava para não atrapalhar a revisão e nem prejudicar o partido. Seu substituto na liderança deve ser o deputado Germano Rigotto (RS), primeiro vice-líder.

Em longa entrevista, Ibsen ex-

plicou como foram parar três cheques de Genebaldo em sua conta corrente. Ele contou ter adquirido do deputado Ivo Mainardi (PMDB-RS) um consórcio de uma caminhonete F-1000, transferida para seu nome em 16 de junho de 1989. Ibsen conta que depois de pagar duas ou três prestações decidiu se desfazer do consórcio. Foi quando Genebaldo demonstrou interesse em comprá-la, operação que foi feita nos dias 28 e 29 de junho de 1989. Explicou também que, diante da demora em receber o veículo, Genebaldo decidiu desistir do negócio. Embora tenha afirmado que devolveu o dinheiro da compra não realizada para Genebaldo, Ibsen

não soube precisar como isto foi feito. "Havia um recibo particular que, seguramente, não tenho mais, porque se fosse guardar acabaria atolado em papéis".

O deputado insistiu que a operação foi "um ato corriqueiro entre pessoas próximas" e apelou para o bom senso das pessoas para julgar o episódio. "Se um assessor, que manipulava o Orçamento, tinha três milhões de dólares no colchão, um líder e que viria a ser presidente da Câmara não desonraria seu mandato por um centésimo disso", disse. Em sua defesa, lembrou ainda que a operação se realizou num ano que se executava um Orçamento "que não está sob suspeita".

## EXPLICAÇÕES SOBRE OS CHEQUES

- Um pouco antes de junho de 1989, Ibsen comprou do deputado Ivo Mainardi (PMDB-RS) uma cota de consórcio de uma caminhonete F-1000.
- Em junho, as prestações começaram a "ficar um pouco pesadas" e ele transferiu a cota para o deputado Genebaldo Correia, que pretendia utilizar o veículo na campanha eleitoral de 1990.
- Foi "transação corriqueira, entre amigos", tendo Genebaldo pago com os três cheques. Não houve comunicação ao consórcio.
- O valor total foi de mais ou menos "51 mil cruzados novos", o que equivalia "a 30 ou 35 mil dólares". O valor do veículo, porém, era de aproximadamente 65 mil cruzados novos (assim teria ido para a declaração de bens de Ibsen), pois se tratava de caminhonete "cabinada".
- Houve muita demora para a entrega do veículo e Genebaldo desistiu do negócio. Ibsen devolveu-lhe o dinheiro. Não se lembra bem de que forma nem em quantos cheques.
- Posteriormente, ele vendeu o veículo.
- "Importante: a transação foi feita com cheques nominais, endossados e depositados em conta corrente, o que mostra sua limpidez".
- "Muito importante": a data. Ocorreu quando estava em vigor um Orçamento que não fora emendado pelos parlamentares (a Constituição anterior não permitia emendas) e antes de iniciar-se o exame do novo projeto de Orçamento. Em outras palavras: foi antes da atuação do esquema do Orçamento. "Não pode haver nenhuma vinculação".
- Apelo ao "bom senso": "Se um assessor tinha em seu poder três milhões de dólares, um líder do maior partido ou um presidente da Câmara iria arriscar o cargo por um centésimo disso?".
- Não teria havido outros negócios com Genebaldo.
- Houve uma "manipulação perversa", fruto de "uma conjugação de interesses: oposição política à revisão constitucional; luta partidária; revanchismo (devido ao episódio do impeachment); e seqüelas de lutas internas no PMDB (oposição ao grupo quercista)".